

## ATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO HUMANO: CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

### ACTIVITY AND HUMAN DEVELOPMENT: CONTRIBUTIONS TO RESEARCH IN SCHOOL EDUCATION

### ACTIVIDAD Y DESARROLLO HUMANO: CONTRIBUCIONES A LA INVESTIGACIÓN EN LA ENSEÑANZA ESCOLAR

Antonio Leonan Alves Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo destacar as relações entre atividade e desenvolvimento humano, a fim de indicar contribuições para a investigação sobre a natureza dos conteúdos e das atividades de ensino na educação escolar e o desenvolvimento “integral” dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Atividade – Motivo – Meios – Desenvolvimento humano – Pesquisa em educação escolar.

**Abstract:** This text aims to highlight the relationship between activity and human development, in order to indicate contributions to research on the nature of the contents and the teaching activities in school education and development "integral" of individuals.

**Keywords:** Activity - Motive - Means of - Human Development - Research in school education.

**Resumen:** Este texto pretende destacar la relación entre la actividad y desarrollo humano, con el fin de indicar contribuciones a la investigación acerca de la naturaleza de los contenidos y actividades de enseñanza en la educación escolar y el desarrollo "integral" de los individuos.

**Palabras clave:** Actividad - Motivo - Medios - Desarrollo Humano - Investigación en la enseñanza.

A produção das ideias e representações, da consciência, aparece a princípio diretamente entrelaçada à atividade material e ao intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, o modo de pensar, a comunicação espiritual entre os homens se apresentam aqui, ainda, como emanção direta da sua relação material, tal como se manifesta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, das suas ideias etc. – mas se trata de homens reais e ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. [grifo nosso]. A consciência (Bewusstsein) não pode ser nunca outra coisa do que o ser consciente (bewusste Sein) e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo diretamente físico (MARX, 2007, p. 93-94).

[...] o patrimônio cultural promotor de uma sólida formação é aquele que não se limita às objetivações culturais requeridas aos domínios imediatos da vida cotidiana e circunscritas aos conhecimentos de senso comum, que, não raro, em nome de uma suposta preservação cultural, mantém grupos humanos submetidos a um modus vivendi historicamente superado pelos colossais avanços científicos, tecnológicos, artísticos e éticos que marcam as possibilidades máximas

existentes no atual estágio do desenvolvimento humano (DUARTE & MARTINS, 2013, p. 72).

Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos (MARX no prefácio da edição francesa de 1872 do volume primeiro de O capital, 2013, p. 93).

### *Introdução*

O presente texto tem por objetivo destacar alguns apontamentos histórico-sociais sobre as intervinculações entre necessidade e objeto na atividade humana, bem como a articulação interna entre as ações, em seus fins específicos, tendo em vista os motivos da atividade, a fim de indicar contribuições para a investigação sobre a natureza dos conteúdos e das atividades de ensino na educação escolar e o desenvolvimento “integral” dos indivíduos.

Para tanto, tomamos a produção e a socialização do conhecimento humano – riqueza humana universal – como totalidade concreta, fundamentos teórico-metodológicos para o ensino-aprendizagem-desenvolvimento, ao passo em que apontamos contribuições para a pesquisa em educação escolar.

### *A produção e a socialização do conhecimento – riqueza humana universal – e suas implicações para o desenvolvimento humano*

A atividade humana é uma expressão universal do movimento de transformação da natureza e da sociedade, portanto, uma objetivação ideativa não dada à captação sensorial, pois, na condição de categoria, só pode despontar dos inúmeros trânsitos de transformação da representação sensorial do objeto em ato de pensamento (MARTINS, 2013).

De acordo com Vieira Pinto (1985, p. 64), categorias “são a expressão ideal, generalizada, das relações entre os fatos e das propriedades mais profundas e essenciais de todos os seres”. Isto significa que “São os fenômenos, em virtude de suas relações intrínsecas, que se causam uns aos outros e se exprimem no pensamento em virtude da capacidade que a organização perceptiva do homem possui de captá-los, eles e suas relações, e de produzir representações [...] universais”. Segundo o autor “[...] A universalidade, em lógica dialética, não significa a coleção dos objetos ou fatos similares, *mas a igual fundamentação destes no processo absoluto que os produz*” (grifo nosso). Isto significa que “[...] A ideia que deles [objeto] o pensamento forma, se por um lado traz o sentido da particularidade, pois efetivamente se refere a uma coisa singular e definida, por outro lado revela ter um conteúdo universal, no sentido em que nela se resume o processo total que origina o objeto mencionado” (VIEIRA PINTO, 1985, p. 204).

Assim, “[...] dizer que determinado conhecimento é universal significa dizer que ele é objetivo, isto é, se ele expressa as leis que regem a existência de determinado fenômeno, trata-se de algo cuja validade é universal [...]” (SAVIANI, 2012, p. 50). Se “[...] A lei científica é aquilo que o homem descobre de universal no particular das ocorrências objetivas” (VIEIRA PINTO, 1985, p. 76), “[...] sua validade ultrapassa os interesses particulares de pessoas, classes, épocas e lugar, embora tal conhecimento seja sempre histórico, isto é, seu surgimento e desenvolvimento são condicionados historicamente (Ibidem).

Os argumentos iniciais deste texto nos ajuda a entender que a análise de objetos sociais não constitui tarefa fácil, são relações sociais históricas, portanto, determinadas pelas condições de produção da existência dos homens no tempo. Como afirmou Marx (2007, p. 32-33), “Mesmo que o mundo sensível [...] seja reduzido a um cajado, a um mínimo, ele pressupõe a atividade de produção desse cajado”. Desse modo, “A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (MARX, 2007, p. 32-33).

A captação do objeto, segundo Marx (2013, p. 90) pressupõe que “A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 2013, p. 90).

A afirmação de Lukács (1966, p. 19) abaixo corrobora com a clarificação do nosso ponto de partida, um aspecto essencial para a compreensão das relações entre sujeito e objeto com base no materialismo histórico dialético, na psicologia histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica: “Para o materialismo, a prioridade do ser é antes de tudo uma questão de fato: há ser sem consciência, mas não consciência sem ser”.

Ontogeneticamente, se pensarmos no desenvolvimento de um bebê é possível afirmar que este ser tem consciência? Na verdade, este ser vai conquistando a consciência na medida em que é inserido em sociedade, por exemplo, nas relações mãe-bebê, mãe-objeto-bebê, relações mediadas pela cultura, que vão produzindo a distinção do Eu/Não Eu da criança. Este processo tem sua expressão cultural de máxima complexidade no trabalho, referência para o desenvolvimento do ser humano e *atividade guia* da idade adulta.

É sabido que é na relação entre produção e consumo que a cultura é produzida. Se analisarmos a “gênese da ideia” como objeto, entenderemos que, por um lado, esta é o resultado da ação produtiva do homem sobre a natureza, desde os seus primórdios, quando começa a emergir da etapa do instinto. Nesse sentido, a ideia é um bem de consumo, quer dizer, quando o homem age sobre a natureza ele está manipulando objetos naturais a fim de conhecê-los, extrair deles as suas propriedades, que constituem o conteúdo da ideia. Aqui ele sente, percebe, fica atento, e com isso vai desenvolvendo a capacidade de registro, aspecto essencial para o posterior desenvolvimento da comunicação, da organização corporal, linguagem e pensamento, conduta, para além das formas superiores dos animais.

De outro modo, podemos afirmar que, quando o homem age sobre a natureza, ele está se apropriando do que se apresenta nela em estado de repouso e ao se apropriar ele põe em movimento o seu conteúdo. Na ação de transformação na natureza para satisfazer necessidades, ele consome as propriedades dos objetos.

Por outro lado, esse processo, ainda instintivo, se requalifica e se inverte na medida em que o homem em processo de hominização salta qualitativamente quando passa a realizar essa prática ou produção como ação consciente (humanizada), orientada a finalidades, portanto, como trabalho, uma atividade prática num patamar superior: “na medida em que a atuação criadora que o homem exerce na

natureza é dirigida pela ideia que já foi capaz de formar a respeito dela, dos objetos, forças e fenômenos que a compõem, a ideia aparece como bem de produção" (VIEIRA PINTO, 1984, p. 48). A atividade orientada a finalidades constitui o conteúdo da ideação e, nesse ato de produzir, consome, realizando uma prática orientada ao objeto da necessidade, a saber: o critério de verdade.

A gênese dos conteúdos culturais não seria possível sem a complexificação da atividade humana na produção da sua existência, condição para o desenvolvimento de operações auxiliares, resultado do processo de conversão de hábitos em operações conscientes e intencionais. A autonomização das ações/operações auxiliares na atividade vai produzindo novas necessidades. Este fato é extremamente importante para entendermos a gênese das atividades humanas em geral e de suas formas particulares. Vamos analisar.

Segundo Marx (2007, p. 33) “[...] o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, é que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’”, quer dizer, precisam produzir a sua existência apropriando-se de comida, bebida, moradia, vestimenta etc. O segundo ponto importante a ser considerado numa concepção histórica é que “a satisfação dessa primeira necessidade”, a “ação de satisfazê-la” e o “instrumento de satisfação” já adquiridos conduzem a novas necessidades, e é essa produção de novas necessidades que constitui o primeiro ato histórico, quer dizer, “[...] a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material [...]” (MARX, 2007, p. 33).

Orientado por finalidades práticas, nesse processo o homem age sobre o objeto natural e condensa atividade, dando-o forma útil, quer dizer, transforma o objeto natural em instrumento de satisfação de necessidades (carências). Este objeto útil, produzido pela atividade humana, portanto, carregado de operações físicas e mentais, se complexifica, se transforma pela ação dos homens devido ao surgimento de novas necessidades, as chamadas necessidades de novo tipo. Tais necessidades impulsionam a produção de novos instrumentos a partir dos já elaborados pelas gerações anteriores. Os instrumentos, carregados de atividade, de operações humanas, passam de produtos do trabalho a meios de produção da atividade humana produtiva, complexificando-a. Assim, um meio de produção foi antes “objeto/matéria natural”, e só foi possível o seu desenvolvimento e transformação pela atividade, quer dizer, os produtos do trabalho se tornam meios de produção da atividade produtiva.

Porém, quando os motivos da atividade passam a fins das ações tem-se a produção de novas necessidades. Este processo de complexificação da atividade humana constitui a dinâmica de produção da riqueza elaborada pelo conjunto dos homens, porque carregada de atividade condensada, acumulada. Isso também significa que as necessidades são históricas e transitórias.

Segundo Marx (apud HELLER, 1986, p. 40), “O homem rico é, ao mesmo tempo, o homem ‘necessitado’ de uma totalidade de exteriorização vital humana”, mas, contraditoriamente, a rica necessidade humana na sociedade capitalista se expressa como riqueza material e, miséria humana, pois, como afirmou o autor, “[...] a propriedade privada não sabe fazer da necessidade bruta necessidade ‘humana’, “apesar da quantidade de riqueza material que produz”<sup>2</sup> (MARX apud HELLER, 1986, p. 40).

Na contramão da produção que mantém a riqueza material e, miséria humana, nos manuscritos de 1844 “Marx rejeita a sociedade da propriedade, privada e capitalista, partindo do valor da “rica necessidade humana” (MARX, 2013, p. 113).

Porém, segundo Heller (1986, grifo nosso), a categoria de valor mais importante na obra de Marx é a *riqueza*, e a *necessidade* como categoria de valor não é outra coisa senão a necessidade dessa riqueza, a necessidade da riqueza humana universal.

É nessa perspectiva que Marx começa a sua exposição no capítulo primeiro de *O Capital* com o anúncio da universalidade da riqueza na sociedade capitalista e, na sequência, com a afirmação de que a determinação mais simples dessa riqueza é a mercadoria, uma forma contraditória da riqueza universal no modo de produção capitalista. Como foi categoricamente exposto pelo autor: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (MARX, 2013, p. 113).

Aqui, Marx afirma que na sociedade capitalista a riqueza aparece como riqueza para uns poucos e miséria para muitos, quer dizer: a mercadoria expressa em sua forma a riqueza humana e a riqueza material e, miséria humana. Assim, a rica necessidade humana entra em contradição com a riqueza material e, miséria humana na sociedade capitalista.

No plano geral de nossa análise, a rica necessidade do saber objetivo nesta sociedade entra em contradição com a riqueza material e, miséria humana do saber na sociedade capitalista. Este processo tem implicações consideráveis no desenvolvimento humano, pois diz respeito ao processo desigual de produção e consumo da cultura numa sociedade de classes.

A riqueza humana é uma produção prática, histórica e, como toda produção humana, é resultado de relações sociais concretas entre o sujeito e as formas objetivadas da realidade, orientada a finalidades, em determinadas circunstâncias. No entanto, numa concepção sócio-histórica<sup>3</sup> é fato que as finalidades postas pela humanidade se alteram na medida em que se modificam as relações sociais, quer dizer, *na medida em que se transformam os meios de produção da existência humana*.

Sobre as relações entre trabalho e liberdade, pensa Kosik (2011, p. 207-208) que “A liberdade não se revela ao homem além das fronteiras da necessidade, como um campo autônomo independente em face do trabalho; surge do trabalho como um processo necessário”. Segundo o autor, “O agir humano não está dividido em dois campos autônomos, um independente do outro e reciprocamente indiferentes, um que é a encarnação da liberdade e outro que é o campo de ação da necessidade” (Ibidem). Diante destas afirmações, esclarece o autor:

A filosofia do trabalho como agir humano objetivo, no qual em processo necessário são criados os reais pressupostos da liberdade, é, assim, ao mesmo tempo, também uma filosofia do não-trabalho. O agir humano objetivo que transforma a natureza e nela inscreve significados, é um processo *único*, cumprido por necessidade e sob a pressão de uma finalidade exterior, mas que *ao mesmo tempo* realiza os pressupostos da liberdade e da livre criação. A divisão deste processo único em duas esferas, *aparentemente* independentes uma da outra, não decorre da “natureza das coisas”; é um produto historicamente transitório. Enquanto a consciência é prisioneira desta divisão, isto é,

enquanto não lhe percebe o caráter *histórico*, ela *opõe* o trabalho à liberdade, a atividade objetiva à imaginação, a técnica à poesia, como dois modos independentes de satisfazer as aspirações humanas (KOSIK, 2011, p. 207-208, grifos do autor).

Deste modo, a produção de novas necessidades pressupõe a apropriação da riqueza produzida pela humanidade. No entanto, este processo de apropriação na sociedade capitalista se dá de forma contraditória; sem o enfrentamento dessas contradições teremos mais dificuldades para superar a condição posta à classe trabalhadora na atualidade. No próximo item vamos entender mais precisamente o desenvolvimento sócio-histórico das necessidades.

### *Sobre o conceito de necessidade humana*

Utilizando o critério da atividade prática, Heller (1986, p. 28) afirma que o conceito de necessidade em Marx aparece em três dimensões: 1) “necessidades naturais”; 2) necessidades naturais socialmente determinadas; 3) necessidades socialmente determinadas. As necessidades socialmente determinadas se desdobram em duas formas: as necessidades necessárias e as necessidades radicais.

A primeira dimensão do conceito de necessidade não constitui um conjunto de necessidades, senão um conceito limite: “limite diferenciado segundo as sociedades – superado devido a vida humana já não ser reproduzível como tal; dito em outras palavras, o limite da simples existência<sup>4</sup>” (HELLER, 1986, p. 28). A segunda e terceira se constituem como unidade no humano, e é isso que possibilita o tornar-se homem.

De acordo com Heller (1986), as necessidades naturais socialmente determinadas são aquelas dirigidas à conservação das meras condições vitais e a estas Marx atribui um conteúdo humano-social radicalmente novo, quando considera a redução das necessidades humanas às necessidades de conteúdo social, inclusive as de natureza psicofísica, abrindo a condição de possibilidade para o desenvolvimento da “rica necessidade humana” (HELLER, 1986).

Heller afirma que, em *O Capital*, o conceito de necessidade socialmente determinada é radicalizado por Marx, tratando-as como necessidades necessárias – “aquelas surgidas historicamente e não dirigidas à mera sobrevivência, nas quais o elemento cultural, o moral e o costume são decisivos e cuja satisfação é parte constitutiva da vida ‘normal’ dos homens pertencentes a uma determinada classe de uma determinada sociedade” (HELLER, 1986, p. 33).

Segundo Heller (1986, p. 27), o objeto da necessidade é a necessidade mesma, e os tipos de necessidades se configuram segundo os objetos a que estão dirigidos, objetos que comportem atividade humana acumulada, condensada.

Esta “unidade no humano”, como afirma Vygotski<sup>5</sup> (2000), cria a condição de possibilidade para um desenvolvimento radicalmente novo, que o autor chamou de desenvolvimento cultural do comportamento. Segundo Vygotski (Ibid, p. 34) “a cultura origina formas especiais de comportamento, modifica a atividade das funções psíquicas, edifica novos níveis no sistema de comportamento humano em desenvolvimento”.

Argumenta o autor que os fatos históricos evidenciam cada vez mais esta tese na medida em que estuda o desenvolvimento psicológico cultural em sua forma pura, isolada. Tais estudos tiveram uma importância fundamental para a elucidação do processo de desenvolvimento do gênero humano na medida em que possibilitaram apreender no gênero mais desenvolvido o conteúdo de funções psíquicas rudimentares – evidência do processo de hominização –, quer dizer, cada nova função psicológica rudimentar foi sendo incorporada e superada por novas formas. Como afirma Vygotski (2000, p. 69), “Em seu tempo, a aparição de cada nova forma significava uma nova vitória do homem sobre sua própria natureza, uma nova época na história das funções. Constituíram as vias reais de comunicação pelas quais outrora cruzava a humanidade as fronteiras da existência animal”.

Segundo Vygotski (2000, p. 35), “Nesse processo de desenvolvimento histórico, o ser social modifica os modos e procedimentos de seu comportamento, transforma suas inclinações naturais e funções, elabora e cria novas formas de comportamentos especificamente culturais”.

Diante disso, o autor afirma que “É difícil supor de antemão que a sociedade não crie formas supraorgânicas de comportamento. Resulta improvável que o emprego de ferramentas, que se distingue essencialmente da adaptação orgânica, não conduza a formação de funções novas, a um comportamento novo” (VYGOTSKI, 2000, p. 35).

Mas, para Vygotski, esse comportamento novo que tem surgido no período histórico, denominado convencionalmente por comportamento cultural superior, em especial para diferenciá-lo das formas que se tem desenvolvido biologicamente, tem de ter forçosamente um processo de desenvolvimento próprio e diferenciado, em suas vias e raízes” (VYGOSKI, 2000, p. 35).

Isso significa que o desenvolvimento do comportamento cultural faz surgir novas necessidades – aquelas determinadas socialmente que extrapolam a mera sobrevivência, nas quais, como já afirmamos com base em Marx (apud Heller), o elemento cultural, o moral e o costume são decisivos.

Portanto, a restrição na apropriação da riqueza humana universal limita as possibilidades do desenvolvimento de capacidades humano-genéricas.

Porém, segundo Heller (1986), “a dimensão e conteúdo das necessidades necessárias podem, por conseguinte, ser distintas segundo as épocas históricas e as classes”, como explicita na comparação entre sociedades, classes e tempos históricos diferenciados: “Para um trabalhador dos EUA há necessidades necessárias distintas das de um trabalhador inglês do tempo de Marx ou das próprias de um trabalhador índio contemporâneo” (Ibidem).

Em a *Miséria da filosofia*, Marx registra a contradição entre as necessidades e as possibilidades do trabalhador quando afirma “que as necessidades necessárias dos trabalhadores não podem ser satisfeitas, posto que não estão cobertas pela sua renda” (MARX apud HELLER, 1986, p. 34).

Por outro lado, o conceito de necessidades necessárias pode ter a forma de “necessidades radicais”, que são as “necessidades que devem ser satisfeitas para que os membros de uma sociedade ou classe tenham a sensação de que sua vida é normal – diz respeito a um determinado nível da divisão do trabalho”. Heller afirma que as necessidades radicais são as necessidades que impõem limites entre uma determinada forma de produção e outra, quer dizer, tais necessidades são a expressão mais radical da

contradição entre as condições de produção e as forças produtivas numa dada sociedade, portanto, a expressão contraditória que pode impulsionar a revolução social.

Vimos que para Heller, com base em Marx, as necessidades socialmente determinadas, a depender do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das condições de produção, possuem duas formas de ser: as necessidades necessárias e as necessidades radicais. Mas, segundo Heller (1986), Marx ao tratar das necessidades necessárias dos trabalhadores, realiza uma distinção entre as necessidades materiais e não materiais. Afirma a autora que “Aquelas necessidades para cuja satisfação devem ser produzidos e reproduzidos continuamente objetos e meios (utilizados no consumo e no consumo produtivo)” são classificadas como necessidades materiais (HELLER, 1986, p. 119). Já “aquelas necessidades para cuja satisfação não são necessários objetos produzidos mediante o intercâmbio orgânico com a natureza, ou em geral produtos” são classificadas como necessidades não materiais (HELLER, 1986, p. 119).

Segundo a autora, a distinção entre os aspectos descritos não é arbitrária, esta tem como base uma distinção realizada por Marx, a saber: “A esfera da produção é, em seu critério, o âmbito que permanecerá como ‘reino da necessidade’; sobre ele se fundamenta o ‘reino da liberdade’ que subordina a produção a seus próprios objetivos” (HELLER, 1986, p. 118).

Esta relação é a expressão contraditória da divisão do trabalho na sociedade capitalista, porém, se não analisarmos esta afirmação com o devido cuidado poderemos chegar a uma conclusão não materialista dialética. Por isso que a autora observa que “ambos os conjuntos de necessidades não são puros. Para a satisfação das necessidades da arte é também de algum modo necessário a produção: as casas devem ser construídas, os livros impressos”. E conclui a autora: “Mas a necessidade da arte *enquanto tal* não é satisfeita nem pela casa nem pelos livros, senão pela *obra de arte* que – como objetivação – não pertence à esfera da produção” (HELLER, 1986, p. 119, grifos da autora).

O movimento analítico que estamos demonstrando nos desloca para a natureza do objeto e, para tanto, utiliza, em acordo com Marx, o critério da necessidade. Assim, toda objetivação é particular, mas é a expressão do modo de produção da existência e da luta de classes em um determinado tempo histórico.

Entretanto, segundo Kosik (2011, p. 207-208, grifos do autor), “A divisão do agir humano em trabalho (esfera da necessidade) e arte (esfera da liberdade) capta a problemática do trabalho e do não-trabalho apenas *aproximadamente* e apenas sob certos aspectos”. De acordo com o autor,

Esta distinção parte de uma determinada forma *histórica* do trabalho como de um pressuposto não analisado e, portanto, aceito acriticamente, sobre cujo fundamento se *petrificou* a divisão do trabalho *surgida* historicamente, em trabalho físico-material e trabalho espiritual. Nessa distinção fica oculta uma ulterior característica essencial da especificidade do trabalho como um agir humano que não abandona a esfera da necessidade mas *ao mesmo tempo a supera e cria nela* os reais pressupostos da *liberdade humana* (Ibidem, grifos do autor).

De acordo com Marx (2007, p. 36), na sociedade capitalista, “[...] com a divisão do trabalho esta dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o



trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes [...]”. Esta forma social ganhou o seu impulso supremo com o esgotamento do modo de produção feudal.

Em sua crítica da economia política, Marx entendeu que o trabalho é uma necessidade, que, em dadas condições, produz a riqueza humana. Na sociedade capitalista, esta relação social se duplica, constituindo uma necessidade que pode se expressar tanto na forma de utilidade como na forma valor. O que irá determinar a sua forma de expressão é o modo de produção, quer dizer, as condições de produção da atividade humana em geral; isto significa que, se o modo de produção não produz outra coisa senão a existência social dos homens no tempo, o modo de produção é o próprio ser dos homens. Assim, a produção pode se orientar tanto a finalidades úteis como à finalidade de valorização de capital. Quando orientada pela utilidade, tem-se como resultado o desenvolvimento da rica necessidade humana, um valor-de-uso social, mas, contraditoriamente, o valor pode conter em sua estrutura ricas necessidades humanas, porém, fetichizadas; quer dizer, por um lado, o reino da liberdade subordina a produção, por outro lado, quando o trabalho é orientado à valorização de valor tem-se como expressão contraditória nos objetos produzidos a relação entre rica necessidade humana e riqueza material e, miséria humana. Nesta, o reino da necessidade subordina a esfera da produção, que produz uma alteração no objeto da necessidade, a alienação. Mas isso não pode ser um obstáculo à luta pela apropriação da riqueza, que como já afirmamos só poderá se realizar nessa sociedade de forma contraditória.

Na sociedade capitalista – expressão social mais complexa e contraditória do desenvolvimento da luta de classes –, o processo de alienação gerou alterações substanciais nos significados e sentidos das atividades humanas. A mudança nas condições de produção (ações/operações) gerou uma alteração na necessidade-finalidade da atividade produtiva antes em desenvolvimento. Tomemos como exemplo o artesão que produzia uma mesa para satisfazer suas necessidades humanas úteis. Esta atividade tinha propriedades qualitativas, objetivas, continha trabalho concreto, o produtor e o consumidor era o próprio artesão, portanto, servia para o homem de forma útil. Na sociedade capitalista, a atividade produtiva sofre uma alteração em seu processo produtivo. Agora, o produtor não se confunde com o consumidor, como afirma Marx nos Manuscritos de 1844: o objeto se torna estranho ao seu produtor. As suas propriedades se alteram, perdem o seu caráter qualitativo, passam a se expressar apenas como quantidade de valor, caracterizando-se como trabalho humano abstrato, porém, mantém-se com a propriedade de ser útil, uma utilidade. A esta forma especial de valor chamou-se mercadoria. Foi assim que a atividade produtiva na sociedade capitalista “perdeu” o seu sentido como um objeto socialmente útil, suas qualidades, sua propriedades objetivas, consubstanciado por trabalho humano concreto, passando a ser desenvolvida como trabalho humano alienado, como riqueza material e, miséria humana.

Retomando a análise específica da necessidade. Segundo Heller (1986, p. 43), “A necessidade e seu objeto são dois ‘momentos’, ‘lados’ de um mesmo conjunto”, e “Se em vez de analisar um modelo estático analisarmos a dinâmica de um corpo social [...], então a primazia corresponde ao momento da produção: é a produção que cria novas necessidades”. Mas esta se encontra em correlação com as necessidades já desenvolvidas.

Para Marx (apud HELLER, 1986, p. 43), “a diversa conformação da vida material depende em cada caso, naturalmente, das necessidades já desenvolvidas, e tanto a criação como a satisfação destas necessidades é um processo histórico”. Assim, na medida em que se alteram as condições de realização da necessidade, os meios/modos, altera-se a necessidade mesma, dando origem a novas necessidades. Isso significa que esse processo produz uma alteração na estrutura da atividade humana.

Segundo Marx, só é possível explicar a necessidade como produção histórica no processo de constituição do gênero humano e, portanto, dos seus objetos sociais. Para tanto, faz-se necessário entender a relação social que produz a necessidade, pois se o suposto é o de que o objeto da necessidade é a necessidade mesma, apreendendo a relação social que constitui a necessidade, em dadas condições, apreende-se os componentes que constituem a sua estrutura, bem como, na análise do movimento interno de seus componentes, consegue-se chegar à gênese da atividade, de forma a explicitar seu conteúdo contraditório e, assim, apreender seus significados e sentidos em condições históricas.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, a psicologia histórico-cultural afirma que a relação entre necessidade e objeto cria o *motivo* para o indivíduo. Segundo Smirnov (1978, p. 346), “Se denomina motivo da atividade aquilo que refletindo-se no cérebro do homem o excita a atuar e dirige esta atuação a satisfazer uma necessidade determinada”.

De acordo com Leontiev (2004), as várias concepções do sentido na psicologia burguesa tem uma coisa em comum: todas tomam o fenômeno como pertencentes à esfera da consciência, razão, segundo o autor, porque todas essas permanecem encerrados nesta esfera.

Diferente dessa posição, o autor afirma que a consciência não pode ser compreendida a partir de si própria. No estudo genético-histórico da consciência, não se deve partir da análise dos fenômenos da tomada de consciência, “mas dos fenômenos da vida, característicos da interação real que existe entre o sujeito real e o mundo que o cerca, em toda a objetividade e independentemente de suas relações, ligações e propriedades”. Por esta razão, afirma Leontiev que “num estudo histórico da consciência, o sentido é antes de mais nada uma relação que se cria na vida, na atividade do sujeito” (LEONTIEV, 2004, p. 103).

Esta relação específica “estabelece-se no decurso do desenvolvimento da atividade que religa concretamente os organismos animais a seu meio; é inicialmente biológica e o reflexo psíquico do meio exterior pelos animais é indispensável desta relação” (LEONTIEV, 2004, p. 103). Mas o sentido consciente no homem altera radicalmente esta relação, como afirma o autor:

Posteriormente, e pela primeira vez no homem, o sujeito distingue esta relação como sendo a sua, e toma consciência disso. De um ponto de vista psicológico concreto, este sentido consciente é criado pela relação objetiva que se reflete no cérebro do homem, entre aquilo que o incita a agir e aquilo para o qual a sua ação se orienta como resultado imediato. Por outras palavras, o sentido consciente traduz a relação do motivo ao fim (LEONTIEV, 2004, p. 103).

Sublinha Leontiev que não utiliza o termo “‘motivo’ para designar o sentimento de uma necessidade; ele designa aquilo em que a necessidade se concretiza de objetivo nas condições consideradas e para as quais a atividade se orienta, o que a estimula” (Idem, *ibidem*). A necessidade é um estado carencial e o motivo se produz quando a carência encontra o objeto de sua satisfação, mas, como não

temos necessidade do que não conhecemos, e os objetos que satisfazem carências são produções histórico-culturais da humanidade, portanto, produtos históricos e coletivos elaborados pelo conjunto dos homens, o motivo será sempre social. Por sermos seres gregários, a nossa condição de produção essencial e fundamental está na relação entre a intencionalidade humana, os meios, e as formas objetivadas da realidade, o que nos produz como gênero humano.

De acordo com Smirnov (1978, p. 348), os motivos “se caracterizam por sua variedade”. Se diferenciam uns dos outros pelo tipo de necessidade a que correspondem. Também podem ser divididos em naturais e superiores, e entre estes há os materiais e os espirituais. Também podem se diferenciar pela *forma em que se manifesta o seu conteúdo* – imagem, conceito, pensamento, ideal etc. Smirnov explica que

Os motivos podem ter distinta relação com a possibilidade de realizar a atividade que os origina. Para que um motivo gere realmente uma atividade tem que existir condições que permitam ao sujeito planejar-se ao fim correspondente e atuar para alcançá-lo. Somente neste caso o motivo resulta efetivo. Quando não se dão estas condições e não se planeja o fim correspondente ao motivo, mesmo que seja próximo, tal motivo não é efetivo e não desenvolve a atividade que conduz a satisfação da necessidade. Sua ação se manifesta unicamente em que aparece uma reação de orientação no meio ambiente e, algumas vezes, origina uma atividade imaginativa em forma de ilusão<sup>6</sup> (SMIRNOV, 1978, p. 349).

Outra propriedade do motivo é a existência de motivos gerais e particulares. Afirmo o autor que,

Um gênero de motivos da atividade para estudar são os *gerais e amplos* (por exemplo, adquirir formação cultural, preparar-se para o trabalho futuro, etc.). Outro tipo de motivos são os *particulares e estreitos* (por exemplo, receber prêmios, não receber castigos). Os primeiros são mais constantes, atuam durante muito tempo e não dependem de situações casuais. Os de segundo tipo atuam durante pouco tempo e segundo circunstâncias diretas (por exemplo, a atitude do professor). Quando uns e outros motivos atuam simultaneamente formam uma espécie de sistema único em que cada um deles tem distinto papel; os motivos gerais e amplos são ao estudo do aluno um sentido determinado e os do segundo grupo estimulam a ação imediata<sup>7</sup> (SMIRNOV, 1978, p. 349).

Outro aspecto importante na atividade é que os motivos particulares podem se desenvolver autonomamente, sem que estejam *diretamente* relacionados à *finalidade* da atividade, no entanto, podem, no desenvolvimento social, se autonomizarem e se constituírem como um novo sistema de atividade, na medida em que esta particularidade se desenvolva, se complexifique, constituindo um complexo de objetos de novo tipo, passando a expressar dimensões universais, em especial, por possuírem, agora, maior densidade teórica, ou seja, graus mais elevados de atividade humana condensada. Isto acontece quando os fins das ações passam a motivo da atividade, produzindo novas necessidades.

Para Smirnov (1978, p. 227), “A atividade que não possui um motivo geral e amplo carece de sentido para o indivíduo que a realiza. Esta atividade, não pode somente enriquecer e melhorar seu conteúdo, senão que ademais é uma carga para o sujeito”. Segundo Leontiev (2004, p. 104),

Todo o sentido é sentido de qualquer coisa. Não há sentidos “puros”. Razão por que, subjetivamente, o sentido faz de certa maneira parte integrante do conteúdo da consciência e parece entrar na significação objetiva. Foi este fato que engendrou na psicologia e na linguística psicologizante um grave mal-entendido que se traduz quer por uma total indiferenciação destes conceitos, quer pelo fato do sentido ser considerado como a significação em função do contexto ou da situação. Na verdade, se

bem que o sentido (“sentido pessoal”) e a significação pareçam, na introspecção, fundidos com a consciência, devemos distinguir esses dois conceitos. Eles estão intrinsecamente ligados um ao outro, mas apenas por uma relação inversa da assinalada precedentemente; ou seja, é o sentido que se exprime nas significações (como o motivo nos fins) e não a significação no sentido<sup>8</sup>.

O problema dessa inversão tem orientado fortemente as teorias pós-modernas, pois na medida em que os significados são a expressão dos sentidos, relativiza-se fortemente a realidade, deslocando o critério de verdade da prática social para o sujeito. Em tempos de fetichização da individualidade, e de negação da historicidade, tal perspectiva imediata do processo de conhecimento ganha corpo. Os impactos podem ser verificados na formação profissional, em que a fragmentação, a relativização forte do real, tem comprometido o desenvolvimento das capacidades psíquicas dos sujeitos. Este problema apreendido dessa forma cria a ideia de que não há objetividade na realidade, que não há leis gerais, que não há formas absolutas do real, relativizando fortemente o conteúdo da realidade.

Para Leontiev (2004, p. 105),

*Quando se distingue sentido pessoal e significação propriamente dita, é indispensável sublinhar que esta definição não concerne a totalidade do conteúdo refletido, mas unicamente com aquilo para que está orientada a atividade do sujeito. Com efeito, o sentido pessoal traduz precisamente a relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados (grifo nosso).*

Por outro lado, o motivo é um produto histórico-social. O acesso às ricas necessidades humanas, como arte, filosofia, ciência, política, moral, esporte, impulsiona o desenvolvimento de motivos, de sentidos pessoais, e de realização de finalidades, em condições determinadas.

Portanto, no ensino na educação escolar, é essencial a criação de necessidades nos estudantes, diante da imensidão de motivos fetichistas postos pela unilateralidade das relações sociais capitalistas, e tais necessidades serão produzidas na medida em que os estudantes forem postos em contato com as formas objetivadas da realidade em suas expressões mais desenvolvidas, não imediatas, mas como necessidades para-si. Para tanto, o professor precisa dominar a natureza do conteúdo e da atividade de ensino a que se propõe a realizar, pois, o domínio de tal conteúdo da realidade cria as condições para a realização de processos mediados, como vamos verificar no próximo item.

Antes cabe uma observação: diante do que foi exposto faz-se necessário sinalizar que o trabalho educativo pressupõe uma relação direta e mediada entre professor e aluno, em condições determinadas. Isto significa que apesar do processo de trabalho educativo construir necessidades e motivos nos estudantes, e até mesmo o sentido da atividade, sem as condições objetivas e subjetivas produzidas na unidade entre a reprodução do indivíduo e a reprodução da sociedade não haverá possibilidade que tal processo se desenvolva e se complexifique. A exemplo tem-se um aluno que inicia um curso de graduação e produz um processo extremamente rico de apropriação das objetivações humanas universais, mas que, num semestre posterior, por uma necessidade de emprego, em condições dadas, para se manter, tem o seu rendimento reduzido a quase insatisfatório. Isto significa que as condições institucionais podem ser as melhores, no entanto, se o indivíduo não reunir as condições para a sua reprodução social, haverá empecilhos que o limitarão em sua reprodução individual, comprometendo o seu desenvolvimento. Aqui estamos nos referindo ao critério estabelecido pela Pedagogia histórico-crítica para a análise da educação

escolar em suas relações com a sociedade: os condicionantes sociais objetivos. Esta é a condição que tem acometido milhares de trabalhadores, os condenados à ignorância. A questão é: no limite, como enfrentar tal contradição na educação escolar? Buscando um conjunto de mediações que intervenham no desenvolvimento da capacidade humana desses sujeitos, em direção ao desenvolvimento do autodomínio da conduta, personalidade e concepção de mundo, sem perder o horizonte da luta de classes. Para dialogar com tal questão vamos aprofundar o conceito de mediação.

### *Sobre o conceito de mediação*

Vygotski sistematizou no tomo III de suas *Obras escogidas* o conceito de mediação. Este conceito possui dois atributos principais: 1) “Emprego de ferramentas”; 2) “Emprego de signos”.

Assim, três teses são suficientemente importantes para compreender a relação entre o emprego de ferramentas e o emprego de signos à luz do conceito de mediação em Vygotski: a primeira “se refere à similitude e os pontos de aproximação entre ambas formas de atividade; a segunda tese esclarece os pontos fundamentais de divergência e a terceira assinala a relação psicológica real entre uma e outra ou, ao menos, faz uma alusão”<sup>9</sup>. O princípio geral da atividade mediadora é o que afirma a reciprocidade das ações, é o princípio da reciprocidade de que Hegel e Marx fazem uso, cada qual com a sua ontologia. Isto significa que “[...] o conceito de mediação ultrapassa a *relação aparente entre coisas*, penetrando na esfera das intervinculações *entre as propriedades essenciais das coisas* [...]” (MARTINS, 2013, p. 45, grifos da autora).

Para clarificar, retomamos parte da passagem em que Vygotski cita Marx em momento anterior quando distingue duas concepções de mediação, uma idealista e outra materialista: “O homem utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas que emprega como ferramentas para atuar sobre outras coisas de acordo com seu objetivo” (MARX e ENGELS, Tomo 23, edição russa, apud VYGOTSKI, 2000, p. 93-94).

Diante disso, observa Martins:

[...] Sintetizamos, então, o percurso da atividade mediada a partir de três dimensões: dadas propriedades de um objeto (primeira dimensão) agem sobre propriedades de outro objeto (segunda dimensão) à vista do objetivo da atividade em questão (terceira dimensão). A título de exemplo: para tomar uma pedra como potencializadora da pressão sobre um objeto [...] é necessário dominar as características da pedra [...] *na relação* com seu alvo.

Note-se, pois, a impossibilidade de se tomarem quaisquer dessas dimensões em separado posto que a mediação as condensa; bem como a centralidade teleológica da terceira dimensão, haja vista que não estamos tratando de outra coisa senão da *atividade mediadora*, portanto, humana.

Daí que, para Vygotski, a interiorização de signos – ou emprego de “ferramentas” psíquicas – é matricial na defesa da tese acerca da natureza social do psiquismo humano, pois esse processo interpenetra, “condensa” as três dimensões acima referidas: a) a sociedade que comporta os signos; b) o ser social que os porta por interiorização e c) a decorrente transformação que ela (interiorização) provoca nos processos psíquicos existentes até então (MARTINS, 2013, p. 45-46, grifos da autora).

Para Vygotski, “[...] a mediação é interposição que provoca transformações, encerra intencionalidade socialmente construída e promove desenvolvimento, enfim, uma condição externa que,

internalizada, potencializa o ato de trabalho, seja ele prático ou teórico" (MARTINS, 2013, p. 46). Portanto, como afirma Martins, a mediação não significa ponte!

No entanto, entre seus atributos há uma semelhança crucial que pode confundir a sua apropriação: o signo e a ferramenta possuem uma função mediadora comum. Por isso, segundo o autor (2000, p. 93) “[...] desde um ponto de vista psicológico, podem incluir-se em uma mesma categoria” e, “Ainda que ambos operem como intermediários em relações, a diferença se define em face dos polos que as constituem [...]”, como segue abaixo:

Enquanto o instrumento técnico se interpõe entre a atividade do homem e o objeto externo, o psicológico se orienta em direção ao psiquismo e ao comportamento. Os primeiros transformam o objeto externo, os segundos, o próprio sujeito (MARTINS, 2013, p. 46).

Contudo, de acordo com Vygotski (2000, p. 62), “Este desenvolvimento não se esgota com a simples complexidade das relações entre estímulos e respostas, que já conhecemos na psicologia animal” e “Tampouco se dá pelo caminho do aumento quantitativo e o incremento de suas relações. Há em seu centro um salto dialético que modifica qualitativamente a própria relação entre o estímulo e a resposta”. Vamos entender como Vygotski explica este fato:

Podíamos formular nossa dedução principal, dizendo que o comportamento humano se distingue pela mesma peculiaridade qualitativa – comparada com o comportamento animal – que diferencia o caráter da adaptação e do desenvolvimento histórico do homem comparado com a adaptação e o desenvolvimento dos animais, já que o processo do desenvolvimento psíquico do homem é uma parte do processo geral do desenvolvimento histórico da humanidade<sup>10</sup>.

A experiência individual do desenvolvimento animal não pode ser passada às gerações posteriores; por outro lado, o homem desenvolveu a capacidade de acumular a experiência sócio-histórica, o que possibilitou o acesso das gerações posteriores aos instrumentos na sua experiência individual, impulsionando o desenvolvimento humano. No processo de interiorização, tais instrumentos (signos) aparecem como estímulos-meios artificiais introduzidos pelo homem na situação psicológica que cumprem a função de autoestimulação, conferindo a este termo um sentido mais amplo e, ao mesmo tempo, mais exato do que se dá habitualmente a essa palavra (VYGOTSKI, 2000, p. 83). Vamos aprofundar o conceito de signo em Vygotski (2000):

De acordo com nossa definição, todo estímulo condicional criado pelo homem artificialmente e que se utiliza como meio para dominar a conduta – própria ou alheia – é um signo. Dois momentos, portanto, são essenciais para o conceito de signo: sua origem e função (VYGOTSKI, 2000, p. 83).

No entanto, segundo Pavlov (apud VYGOTSKI, 2000, p. 84), “a atividade básica e mais geral dos grandes hemisférios é a sinalização<sup>11</sup>, com sua incontável quantidade de sinais e sua alternância”. Com base nisso, Vygotski afirmou que “O fundamento mais geral da conduta, idêntica nos animais e no ser humano é a sinalização” e conclui: “Como se sabe, se trata de uma formulação mais geral da ideia dos reflexos condicionados em que se baseia a fisiologia da atividade nervosa superior”. Assim, como já afirmamos com base em Vygotski, o comportamento humano se distingue pelo fato de que é o homem

que cria os estímulos artificiais de sinais e, em primeiro lugar, o grandioso sistema de sinais da linguagem, dominando assim a atividade de sinais dos grandes hemisférios. Portanto,

Se a atividade fundamental e mais geral dos grandes hemisférios nos animais e no homem é a sinalização, a atividade mais geral e fundamental do ser humano, a que diferencia em primeiro lugar o homem dos animais do ponto de vista psicológico é a *significação*, ou seja, a criação e o emprego de signos. Tomamos essa palavra em seu sentido mais literal e exato. A significação é a criação e emprego de signos, ou seja, de sinais artificiais (VYGOTSKI, 2000, p. 84, grifo nosso).

Ainda Segundo Vygotski (2000, p. 84),

[...] A sinalização variável que leva à formação ligações provisórias, condicionados e especiais entre o organismo e o meio, é a premissa biológica imprescindível daquela atividade superior que chamamos convencionalmente de significação e que constitui sua base. O sistema de conexões que se estrutura no cérebro do animal é a cópia, o reflexo das conexões entre “toda sorte de agentes da natureza” que sinalizam a presença próxima de fenômenos imediatamente favoráveis ou destrutivos.

No entanto, ressalta Vygotski (2000): “Resulta claro que a sinalização semelhante – o reflexo da conexão natural dos fenômenos criada inteiramente pelas condições naturais – não pode ser uma base adequada do comportamento humano” (VYGOTSKI, 2000, p. 84). Assim,

Para a adaptação do homem tem essencial importância a *transformação ativa da natureza do homem*, que constitui a base de toda a história humana e pressupõe também uma imprescindível mudança ativa do comportamento do homem. “Ao atuar sobre a natureza externa mediante este movimento, ao modifica-la, o homem modifica ao mesmo tempo sua própria natureza” – disse Marx. “Desperta as forças nela adormecidas e subordina a dinâmica dessas forças a seu próprio poder” (MARX & ENGELS, apud VYGOTSKI, 2000, p. 84-85, grifo nosso).

Segundo Vygotski (2000, p. 85), “A cada etapa determinada no domínio das forças da natureza corresponde sempre uma determinada etapa no domínio do comportamento, na subordinação dos processos psíquicos ao poder do homem”. Portanto,

A adaptação ativa do homem ao meio, a transformação da natureza pelo ser humano não pode estar baseada na sinalização que reflete passivamente os vínculos naturais de toda sorte de agentes. A adaptação ativa exige o fechamento ativo daqueles tipos de vínculos, que são impossíveis quando a conduta é puramente natural – ou seja, baseada na combinação natural dos agentes –. O homem introduz estímulos artificiais, confere significado a seu comportamento e cria com a ajuda dos signos, atuando de fora, novas conexões no cérebro. Partindo dessas teses, introduzimos como suposto em nossa investigação um novo princípio regulador do comportamento, uma nova ideia sobre a determinação das relações humanas – o princípio da significação –, segundo o qual é o homem quem forma de fora conexões no cérebro, o dirige e através dele, governa seu próprio corpo (VYGOTSKI, 2000, p. 85).

Segundo Leontiev (2004, p. 100), “A significação é aquilo que num objeto ou fenômeno se descobre objetivamente num sistema de ligações, de interações e de relações objetivas”, “é a generalização da realidade que é cristalizada e fixada num vetor sensível, ordinariamente a palavra ou a locução. É a forma ideal, espiritual da cristalização da experiência e da prática sociais da humanidade”, pertence ao mundo dos fenômenos objetivamente históricos”. A significação é a “entrada na minha consciência [...], do reflexo generalizado da realidade elaborada pela humanidade e fixado sob a forma de conceitos, de um saber ou mesmo de um saber-fazer (‘modo de ação’ generalizado, norma de comportamento, etc.)”. A

linguagem confere estabilidade à significação, pois a reflete e a fixa e assim constitui o conteúdo da consciência social, a consciência real dos indivíduos, objetivando em si o sentido subjetivo que o refletido tem para eles.

Todavia, quando se percebe algo, você percebe objetivamente, e não a sua significação, porém, as impressões sensíveis que percebo na minha relação com um objeto determinado dependerão das significações sobre o mesmo; se não as possuo, como afirma Leontiev, não passaria para mim de um objeto que possui determinadas propriedades de tamanho, cor, forma etc. Isto significa que eu não teria o conceito das coisas, mesmo que precário, mas mesmo assim a coisa existiria objetivamente. Isto importa que “A significação, enquanto fato da consciência individual não perde por isso o seu conteúdo objetivo; não se torna de modo algum uma coisa puramente ‘psicológica’” (LEONTIEV, 2004, p. 101), como explica o autor:

Naturalmente, o que eu penso, compreendo e sei do triângulo, pode não coincidir perfeitamente com a significação “triângulo” admitida na geometria moderna. Mas não é uma oposição fundamental. As significações não têm existência fora dos cérebros humanos concretos; não existe qualquer reino de significações independente e compatível ao mundo platônico das ideias. Por consequência, não podemos opor uma significação “geométrica”, lógica e, em geral, objetiva, a esta mesma significação de um indivíduo enquanto significação psicológica particular. *A diferença não é entre o lógico e o psicológico, mas entre o geral e o particular, o individual.* Um conceito não deixa de ser conceito quando se torna o conceito de um indivíduo. Poderia existir um conceito que não fosse o de uma pessoa? (grifo nosso).

Diante disso, conclui Leontiev (2004, p. 101):

No decurso da vida o homem assimila as experiências das gerações precedentes; este processo realiza-se precisamente sob a forma da aquisição das significações e na medida desta aquisição. A significação é, portanto, a forma sob a qual um homem assimila a experiência humana generalizada e refletida.

Isto significa que na educação escolar os alunos precisam se apropriar da atividade humana acumulada nas formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente – sua gênese, estrutura e formas de desenvolvimento –, pois sem a apropriação dos conteúdos culturais, quer dizer, sem a apropriação do que a *humanidade produziu histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens* não haverá necessidades efetivas sendo produzidas, o que compromete a realização de motivos e, por consequência, o sentido que a atividade tem para os mesmos, limitando, assim, a realização de finalidades.

### *Considerações finais*

Estamos entendendo que um campo de investigação para a pesquisa educacional, tendo como orientação metodológica o método genético-histórico, deve ser a apreensão das relações sociais que produzem as necessidades, a fim de explicar seu objeto, a sua estrutura e formas históricas, para então na análise do movimento interno de seus componentes, chegar à gênese da atividade, de forma a explicitar seu conteúdo contraditório e, assim, apreender seus significados e sentidos em condições históricas determinadas. Por outro lado, se o motivo é um produto histórico-social, o acesso aos objetos, como arte, filosofia, ciência, política, moral, esporte, impulsiona o desenvolvimento desse nos indivíduos,



colaborando para a realização de sentido pessoal e das finalidades da atividade, sempre de forma contraditória.

Assim, sem um conjunto de mediações que ponham em movimento este processo recíproco entre o indivíduo e a realidade, em condições determinadas, teremos mais dificuldades de enfrentar os desdobramentos no movimento histórico atual.

### Referências bibliográficas

- DUARTE, Newton; MARTINS, Lígia M. As contribuições de Aleksei Nikolaevich Leontiev para o entendimento da relação entre educação e cultura em tempos de relativismo pós-moderno. In: FERRO, Olga Maria dos Reis; LOPES, Zaira de Andrade (Org.). *Educação e cultura: lições históricas do universo pantaneiro*. Campo Grande: UFMS, 2013. p. 49-74.
- FRAGA, Paulo D. V. Teoria das necessidades em Marx: da dialética do reconhecimento à analítica do ser social. 2006. Dissertação (Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.
- KOSIK, Karel. (2011). *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves. 2ª ed. (9ª reimpressão). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 250 p.
- INWOOD, Michael. *Dicionário de Hegel*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 362 p.
- LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. ed. 2ª. São Paulo: Centauro, 2004. 355 p.
- LUKÁCS, G. *La peculiaridad de lo estético*. 1. Questões preliminares e de princípio. Tradução castellana de Manuel Sacristan. Barcelona – México, D. F.: Ediciones Grijalbo, S. A., 1966. 368 p.
- MARTINS, Lígia M. *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 319 p.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.
- MARX, Karl. 2010. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2010. 191p.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Shneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. 614 p.
- SMIRNOV et al. *Psicología*. Traducción directa do russo por El doctor Florencio Villa Landa. 4ª ed. Barcelona – Buenos Aires – México, D. F.: Editorial Grijalbo, S. A., 1978. 571 p.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11ª ed. (revisada). Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- SAVIANI, Nereide. *Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/forma no processo pedagógico*. 4ª ed. (revisada e ampliada). Campinas, SP: Autores Associados, 2003. 200 p.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. (1985). *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 537 p.
- VYGOTSKI, Lev. S. *Obras Escogidas*. Vol III. Traducción de Lydia Kuper. Madri: Visor, 2000. 383 p.

### Notas:

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágio sanduíche na UNESP. Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atualmente dar andamento aos estudos de sua tese de doutorado a partir da linha Educação Escolar, Saber Objetivo e Sociedade, que tem por objetivo Investigar a natureza dos conteúdos e da atividade de ensino na educação escolar

---

em geral e o desenvolvimento integral dos indivíduos, a luz da concepção materialista e dialética da história, da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica; na educação física escolar toma como referência a metodologia crítico-superadora. Atuou na gestão e no ensino da educação básica (em todos os níveis), na educação superior e pós-graduação. E-mail: leonanferreira@gmail.com

- <sup>2</sup> De acordo com FRAGA (2006, p. 19), “é justo registrar que Solange Mercier-Josa teve o mérito de chamar a atenção para o conceito de necessidades em Hegel [“Cf. MERCIER-JOSA, S. La notion de besoin chez Hegel. La pensée, n. 162, p. 74-100. Autora de várias obras sobre Hegel e/ou Marx, Mercier-Josa também assina o verbete “Besoin” no Dictionnaire critique du marxisme, dirigido por Georges Labica e Gérard Bensussan.”], e que pertence a Ágnes Heller o de destacá-lo quanto à obra de Marx [“Cf. HELLER, A. Teoría de las necesidades en Marx”. 1974/1986]. O propósito de seus textos deixa consideravelmente em aberto o exame da relação economistas/Hegel–Feuerbach–Marx/economistas no que se refere a tal temática, o que, no entanto, é algo importante para a compreensão do assunto no pensamento de Marx, que é o último nessa tríade reflexa”. “Uma década após essa obra (de 1974), por volta de meados dos anos 1980, na seqüência da crítica do Leste Europeu, inicialmente ainda de viés socialista, Heller viria a abandonar o marxismo e a perspectiva comunista, esvaziando completamente a potência revolucionária de sua teoria das necessidades radicais, que colheira de Marx. Sobre a evolução de seu pensamento, ver RIVERO, Á. De la utopía radical a la sociedad insatisfecha. In: HELLER, Á. Una revisión de la teoría de las necesidades, p. 9-55. Cabe situar que este estudo valoriza vários aspectos da contribuição da “primeira” Heller à teoria das necessidades. Não acompanha, porém, o corte kantiano (pelos valores morais ou pelo imperativo categórico) que ela opera sobre essa teoria já em obras como HELLER, Á. A filosofía radical – às vezes atribuindo-o ao próprio Marx. Em grande medida, isso se deve a que, por um lado, a autora minora a importância de Hegel para esse tema e, por outro, descarta o trato da dimensão ontológica das necessidades”.
- <sup>3</sup> A concepção sócio-histórica analisa que o desenvolvimento deve ser compreendido como resultante das contradições no próprio objeto, que reflete e mediatiza diferentes tendências, relacionadas aos conflitos, contradições e mudanças que ocorrem na sociedade (SANTOS apud SAVIANI, Nereide., 2003, p. 39-40). Ver Também Leontiev (2004).
- <sup>4</sup> Em edições brasileiras mais recentes das obras de Marx, as *necessidades naturais* são traduzidas pela expressão *carências*. Ver Marx, K. Manuscritos de 1844. Tradução Jesus Ranieri. Boitempo editorial. 2010.
- <sup>5</sup> Grafia inserida como na tradução espanhola, realizada diretamente do original em russo.
- <sup>6</sup> Smirnov, 1978, p. 348.
- <sup>7</sup> Smirnov, 1978, p. 349.
- <sup>9</sup> Vygotski (2000, p. 93).
- <sup>10</sup> Vygotski (2000, p. 62).
- <sup>11</sup> Pode ser entendido também como orientação.

Recebido em: 15/07/2016

Publicado em: abril/2017